

Universidades Lusíada

Leite, Inês Ferreira

A educação como forma de combate à corrupção

<http://hdl.handle.net/11067/6948>
<https://doi.org/10.34628/23jf-ne32>

Metadata

Issue Date	2024
Keywords	Corrupção - Portugal, Educação - Portugal
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FD] LD, s. 2, suplemento (2024)

This page was automatically generated in 2025-01-18T17:28:03Z with information provided by the Repository

A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Inês Ferreira Leite ¹⁶

Tenho uma visão ligeiramente diferente da que foi aqui apresentada. A corrupção é um problema endémico em todas as sociedades. Não é um problema que parta de cima para baixo. O grande problema do foco tem sido esse: pensar que podemos atacar a corrupção, pressupondo sempre que ela funciona em cascata. Ou seja, que começaria nas elites que estão no poder e funcionaria para baixo influenciando as pessoas em geral. Essa visão é desmentida pelos estudos sociológicos que se têm feito em torno da corrupção. Como o tema é educação e corrupção, a questão aqui é como podemos utilizar a educação para combater a corrupção como fenómeno endémico na sociedade portuguesa e em qualquer outra. Assim, vou concentrar-me precisamente nessa questão.

Há várias coisas que podemos fazer como país e que não estamos a fazer, já há muitos anos. Para combater a corrupção, primeiro, temos que, obviamente, compreender a corrupção, e não precisamos de mais estudos para compreender a corrupção. Já temos todos os estudos que precisamos, já sabemos exatamente como é que ela funciona e sabemos que a corrupção funciona como uma forma alternativa de conduzir as nossas vidas, de conduzir as nossas vidas profissionais, de conduzir as nossas vidas económicas e de conduzir as nossas vidas políticas, para quem obviamente também

¹⁶ Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Investigadora do Centro de Investigação do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Intervenção proferida presencialmente em Português. (<https://doi.org/10.34628/23jf-ne32>)

se intersecciona com a política. Portanto, a corrupção não é um fenómeno que esteja sediado na política, é um fenómeno que está em todo o lado, desde a coisa mais simples - como conseguir não pagar uma multa da EMEL, ou conseguir ter uma consulta mais rápida num hospital público - às coisas mais importantes - conseguir um grande contrato do Estado ou, por exemplo, em todos os escalões do funcionalismo público, em receber extras para se contratarem as empresas x ou y ou, por exemplo, aqui no plano do direito, o enorme tráfico de influência que existe no que respeita ao controlo das arbitragens, por exemplo, no que respeita à própria contratação nas faculdades públicas e nas faculdades privadas. A corrupção não é um fenómeno esquisito que só existe nos processos-crime mais extraordinários. Por exemplo, em Portugal temos um problema sério de compras de carta de condução que, aliás, está associado de uma forma bastante óbvia aos dados trágicos que nós temos da sinistralidade rodoviária. Temos várias redes a funcionar constantemente com compra de cartas de condução. Pessoas que obviamente não tem condições para conduzirem e que obtêm as suas cartas de condução através da corrupção. Isso funciona em todas as áreas e, portanto, se temos consciência de que um problema é transversal e funciona em todas as áreas, em todas as dimensões, temos que o enfrentar com coragem e de frente, pondo o dedo na ferida, assumindo que a corrupção está presente em todos nós. Eu, do pouco que contactei com áreas que podiam ser permeáveis à corrupção posso confirmar que todas são. Claro que aqui estou a falar em corrupção de um ponto de vista que inclui o tráfico de influências, a prevaricação e o abuso do poder, a participação económica em negócio. Portanto, temos de entender a corrupção como fenómeno amplo e não só o tipo específico da corrupção. Posso dizer que das poucas vezes que participei em concursos públicos nenhum deles cumpriu as regras, todos foram suspeitos. Claro que não consigo demonstrá-lo, então entramos nesse ciclo vicioso cada vez que se fala, na questão de perguntar: quais são as provas? E tem que se dizer que foi o que foi! Claro que não posso dizer. Obviamente eu não consigo demonstrar. O problema é esse precisamente, porque as coisas parecem mais ou menos bem, parecem mais ou menos dentro da

legalidade, mas depois não são. Qualquer investigação, um bocadinho mais profunda, demonstra que afinal a legalidade é aparente e que há todo um conjunto de coisas estranhas a passar-se por trás da aparente legalidade. Portanto se nós continuamos a fingir que a corrupção é um fenómeno muito característico, muito específico, de certo tipo de áreas e não reconhecemos com franqueza e humildade esta natureza omnipresente da corrupção, não parece que alguma vez consigamos avançar no que quer que seja nesta área.

Antes de entrar na educação, há uma coisa que devíamos já ter feito, que eu propus, eu fiz um parecer antes da entrada em vigor desta lei e da Estratégia Nacional Anticorrupção, fui consultada como especialista na área e fiz um parecer em que uma das coisas que apontava como necessárias, e que não foi avançada, era a possibilidade de permitir ao juiz penal, quando faz a condenação por qualquer um dos crimes deste pacote do conceito amplo de corrupção, ter o poder de proceder à anulação ou à declaração de nulidade de todos os atos administrativos que estejam feridos de ilegalidade, associados à prática dos crimes. Isto para mim é uma questão absolutamente básica. Uma das coisas que nós sabemos é que a corrupção compensa. Mesmo em relação a algumas pessoas condenadas por corrupção que até cumpriram penas e que continuamos a perceber que o crime compensou. Não só do ponto de vista imediato e para aquelas pessoas naquele contexto, mas para todas as pessoas que estavam à volta daquela e que obviamente se beneficiaram desse contexto de corrupção. A corrupção compensa porque estamos tão obcecados com a justiça penal e com o populismo penal e com os discursos que ficam bonitos na televisão, mas nos esquecemos do mais importante que é: se mantivermos os atos administrativos consolidados, apesar de terem sido provocados com graves vícios de legalidade, de abuso de poder, pela não prossecução do interesse público e por violação de outros critérios de legalidade, não adianta continuarmos a perseguir, penalmente a corrupção, porque vamos continuar a ter um forte estímulo muito intenso e muito mais forte, até mais forte do que uma ameaça de uma pena de prisão. Temos que compreender isto, para que a corrupção não continue a avançar. Até dizermos claramente do ponto de vista da ordem jurídica:

não vamos permitir que todos os atos administrativos praticados e que estejam feridos de ilegalidade associada à prática da corrupção se mantenham, sejam anulados, as coisas sejam desfeitas. Caso contrário, vamos voltar para trás, vamos continuar a ter um grande incentivo à corrupção. Essa é uma das questões que eu acho em que se ficou aqui aquém do que se deveria ter feito. Não era complicado, não custa dinheiro, é complicado dizer que não custa dinheiro. É claro que custa dinheiro, obviamente custa dinheiro anular os atos de corrupção, custa dinheiro e traz sacrifícios, traz problemas, como é óbvio. Depois, do ponto de vista da educação, existem coisas muito simples, porque a corrupção, como ela é descrita, a própria origem da palavra, tem a ver com uma depravação da nossa humanidade. A corrupção é isto. Uma depravação do nosso agir ético, uma depravação de nossa eticidade. E o agir ético aprende-se de pequenino, não se aprende aos quarenta anos. Nós não podemos esperar que tenhamos uma sociedade que funciona na base da corrupção e do tráfico de influências, mas que chegamos à pessoas que têm 40, 50, 60, 70 anos de idade e que estão habituados a fazer negócio, a fazer a sua profissão de uma certa forma, de tal forma que as coisas já fazem parte da engrenagem, do engenho daquela área, que não podemos esperar, de repente, que estas pessoas sequer estejam conscientes da sensibilidade dos seus comportamentos, porque também, ao contrário do que se pensa, a maior parte da corrupção não afeta de uma forma direta e linear o orçamento público. Uma grande parte da corrupção não é um ataque direto ao Orçamento de Estado ou aos dinheiros públicos de uma forma linear, quer dizer, de uma forma matemática. A forma como a corrupção ataca a sociedade, ataca o interesse público e às vezes, claro, ataca também o Orçamento Público, não é linear. Um exemplo mais básico de corrupção e mais comum: um funcionário, nem sequer precisa de ser um funcionário de cargo superior, pode ser um de cargo intermédio, em qualquer Ministério ou instituto público, ou o que seja, que tenha que seleccionar a empresa que vai fornecer o papel higiénico; é tão simples quanto isso, e que recebe umas coisas por fora, para escolher a empresa x em vez da empresa y, para comprar esse papel higiénico, não está necessariamente a provocar

um dano ao orçamento público. Pensa-se: se calhar ele escolhe a que vende o papel higiênico mais caro. Isto, muitas vezes, não está em causa, porque as empresas fazem concertação de preços quando se candidatam aos concursos públicos. E, como as empresas fazem concertação de preços, o papel higiênico é todo igual. A razão pela qual este funcionário escolhe aquele ou o outro, tem a ver não com preço, mas precisamente com esses extras ou estas condições que estão a oferecer. Todas as empresas oferecem qualquer coisa e depois muitas coisas, muitas vezes e em certas áreas especialmente. Aliás, se forem ao site da Autoridade da Concorrência e forem ler a parte das comissões por acordo de empresas, vêem que, praticamente não há nenhuma área da nossa economia em que não haja acordo de empresas em concertação de preços. Isso não tem nada a ver com a política, isso não tem nada a ver com ter tido cargos públicos, isto é privado. A corrupção é um fenómeno global, não é um fenómeno da política, não é um vício endémico nos políticos. É um vício endémico na sociedade. Como as empresas fazem concertação de preços, a corrupção até pode levar a uma empresa que até oferece um produto mais barato, até a uma poupança imediata no Orçamento de Estado. A questão é que não é assim que se faz. É uma questão de princípio. Nós não podemos ter um sistema em que a escolha de um concorrente por uma decisão pública é feita com base numa ponderação de interesses privados. Este é um problema que nós temos de assumir. Integralidade ética de princípio.

Isto ensina-se e treina-se desde pequenino. De facto, no Reino Unido, é estranho que não fosse referido aqui por este Professor, o Reino Unido é um dos países mais proativos, já há vários anos que têm programas muito interessantes que começam logo aos 6, 7 anos e que fazem nas escolas primárias e depois ao longo de todo o liceu, de treino de prevenção da corrupção, com pequenos jogos que é uma coisa tão simples quanto isto. Posso fazer um jogo na minha turma da primeira classe, da segunda classe, em que proponho que vamos eleger o delegado de turma. Mas vamos ter que fazer uma campanha, vamos estimular a atividade de cidadania e a atividade política. Agora vamos perverter esse sistema e vamos fazer com que as crianças sintam o que é perversão, a corrupção no funcio-

namento das instituições democráticas e vamos fazer com que isso tenha impacto nas suas vidas, porque tem, a corrupção tem impacto nas nossas vidas e impactos até muito mais dramáticos do que aqueles que às vezes são referidos e através destas crianças, desta aprendizagem com jogos, com aspetos muito didáticos e muito naturais de funcionamento. Não é uma coisa esquisita, estranha. Uma criança sabe o que é corrupção? Através das experiências do dia a dia, se isto começa a fazer parte do nosso crescimento, do nosso dia a dia, daqui, não vai ser agora, não são medidas que vão ser feitas em 5 a 10 anos, mas daqui a 30, daqui a 50 e daqui a 100 anos, nós podemos ter uma sociedade diferente, uma sociedade um bocadinho melhor, no que diz respeito àquilo que é a justiça e a igualdade de oportunidades.

Claro que medidas rápidas contra a corrupção não existem, achar que reforçar o direito penal é uma solução mágica para prevenir a corrupção, todos os estudos científicos mostraram que isso não tem o mínimo fundamento, é populismo penal, fica bem nas televisões, não conduz a nada. Claro que é importante atuar em todas as áreas, mas se queremos efetivamente pensar no futuro, temos de começar a pensar pequenino. Temos que começar a pensar em integrar a nossa consciência para a corrupção. Por exemplo, se eu disser que as pessoas morrem por causa da corrupção em Portugal, dirão: Oh, meu Deus, isto é alarmista. Pois, mas não é, porque, por exemplo, se temos uma estrada mal construída, que foi mal construída, porque o engenheiro da empresa que a construiu quis poupar x dinheiro, e o fiscal que viu que a estrada não cumpria as regras nada observou, porque se deu x dinheiro à empresa que a construiu e depois temos acidentes sistemáticos naquela zona, naquela estrada com pessoas a morrer, então temos pessoas a morrer por causa da corrupção. É tão simples quanto isto. Se temos um prédio mal construído, se temos um sistema de ventilação mal feito, se temos, por exemplo, uma ponte que cai porque durante anos as empresas estiveram a extrair areia e simplesmente a fiscalização não funcionou e morreram 50 pessoas. A corrupção, esta depravação da nossa eticidade, essa nova forma de fazer as coisas violando as regras para ganho pessoal tem consequências dramáticas na socie-

dade. Obviamente que tem. Agora, nós temos que compreender é que não vamos mudar isto através de medidas por Direito Penal simbólico ou medidas populistas. Nós temos que mudar isto através da educação. As universidades, as escolas têm um papel muito importante que não está a ser aproveitado.

(Abstract)

EDUCATION AS A TOOL IN THE FIGHT AGAINST CORRUPTION

I will present a more general view of corruption, presenting numerous examples of how it becomes ubiquitous in all sectors and areas, from the simplest behavior, such as not paying a fine, to obtaining benefits in more relevant situations. If you do not understand this perspective, you cannot advance in the fight against corruption.

Of course, here I am talking about corruption from a point of view that includes influence peddling, prevarication and abuse of power, economic participation in business. Therefore, we must understand corruption as a broad phenomenon and not just the specific type of corruption.

Before the entry into force of this law and the National Anti-Corruption Strategy, I was consulted as an expert in the area and I made an opinion in which one of the things that I pointed out as necessary and that was not advanced was the possibility of allowing the criminal judge, when making the conviction for any of these crimes, in this package of the broad concept of corruption, to have the power to proceed with the annulment or declaration of nullity of all administrative acts that are affected by illegality, associated with the commission of the crimes. This to me is a basic question. One of the things we know is that corruption pays.

Then, from the point of view of education, there are very simple things, because corruption, as it is described, the very origin of the word, has to do with a depravity of our humanity. This is corruption. A depravity of our ethical behavior, a depravity of our eth-

ics. And ethical behavior is learned from a young age, not learned at forty. We cannot expect to have a society that works on the basis of corruption and influence peddling, but that we reach people who are 40, 50, 60, 70 years old and who are used to doing business, doing their profession in a certain way, in such a way that things are already part of the gears, of the ingenuity of that area, that we cannot expect, all of a sudden, that these people are even aware of the sensitivity of their behavior, because also, contrary to what you think about it, most corruption does not directly and linearly affect the State budget.

As companies agree on prices, corruption can even lead to choosing a company that even offers a cheaper product, even to immediate savings in the State Budget. The thing is that's not how it's done. It's a matter of principle. We cannot have a system in which a competitor's choice for a public decision is made based on weighing private interests.

Of course, quick measures against corruption do not exist, thinking that strengthening criminal law is a magic solution to prevent corruption, all scientific studies have shown that this has no basis at all, it is criminal populism, it looks good on television, it does not lead to nothing. Of course, it is important to act in all areas, but if we really want to think about the future, we have to start thinking small. We have to start thinking about integrating our awareness for corruption, for example, if I say that people die because of corruption in Portugal, you will say: Oh, my God, this is alarmist. Yeah, but it's not, because if we have a poorly built road, which was poorly built, to save x money, the engineer of the company that built it and the inspector who saw that the road didn't comply with the rules didn't say anything, because x money was given by the company that built it and then we have systematic accidents in that area, on that road with people dying, so we have people dying because of corruption. It's as simple as that.

We must change this through education. Universities, schools play a very important role that is not being exploited.